



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

DECRETO Nº 093/2022 de 04 de maio de 2022.

Revoga o Processo Licitatório Nº 049/2022 na Modalidade de Tomada de Preços Nº 003/2022 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Nº 8.883/94, e considerando razões de interesse público, com relação ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2022, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022, que tem por objeto - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CAIBI – PROCESSOS SCC 18268/2021, SCC 14387/2021, SCC 16885/2021, SCC 17727/2021, SCC 20117/2021 E SCC 4251/2021, TUDO DE ACORDO COM OS ORÇAMENTOS, PROJETOS E MEMORIAIS EM ANEXO, fundamentado no art. 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I) De início, ressalta-se que a revogação está fundamentada no art. 49 da Lei Federal nº 8666/93, na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e previsto ainda no item 26.6 do edital. Nesse sentido, tendo em vista razões de interesse público decorrente de fato superveniente, como a necessidade de revisão geral dos orçamentos para readequação com o projeto e memorial descritivo, conforme laudo emitido por engenheiro, faz-se necessário que seja a licitação revogada, com fundamento nos dispositivos supracitados.

II) A revogação de licitações, utilizando-se do juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência do órgão licitante em relação ao interesse público, é medida perfeitamente legal, consoante doutrina e jurisprudência sobre o assunto. Conforme ensina Marçal Justen Filho, in verbis: A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior para reputá-lo incompatível com o interesse público. (...). Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior. Assim, verificado que o interesse público poderá ser satisfeito de uma forma melhor, incumbe ao órgão licitante revogar a licitação, com o objetivo de sanar as incorreções



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

apresentadas, para promovê-la de uma forma que atenda melhor inclusive os interesses das possíveis empresas interessadas.

III) Ainda sobre a questão, o Superior Tribunal de Justiça proferiu acórdão em que adota entendimento da possibilidade de revogação das licitações, por razões de conveniência e oportunidade, mesmo após a adjudicação e homologação do certame. Vejamos: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ANULAÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1. A licitação, como qualquer outro procedimento administrativo, é suscetível de anulação, em caso de ilegalidade, e revogação, por conveniência e oportunidade, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e das Súmulas 346 e 473/STF. Mesmo após a homologação ou a adjudicação da licitação, a Administração Pública está autorizada a anular o procedimento licitatório, verificada a ocorrência de alguma ilegalidade, e a revogá-lo, no âmbito de seu poder discricionário, por razões de interesse público superveniente. Nesse sentido: MS 12.047/DF, 1ª Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 16.4.2007; RMS 1.717/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Hélio Mosimann, DJ de 14.12.1992. (RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 28.927 - RS (2009/0034015-3)).

DECRETA:

Art. 1. Por razões de conveniência e oportunidade e verificado que o interesse público poderá ser satisfeito de uma forma mais adequada, e ainda, com fulcro no art. 49 da Lei 8.666/93, **fica REVOGADO o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2022, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022.**

Art. 2. Oportunamente, após as adequações necessárias destinadas ao atingimento da melhor finalidade do certame, publique-se novo processo licitatório para o objeto em epígrafe.

Art. 3. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, 04 de maio de 2022.

Eder Picoli
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC.

Miguel Piccoli
Secretário de Administração e Planejamento